



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – 4ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel – pelos 50 anos de sua fundação

1.2 – Reuniões de Comissões

### 2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

### 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

### 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2016

#### Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Marcelo de Oliveira Marques – Palavras do Deputado Federal Bilac Pinto – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Dalmo Ribeiro Silva – Gil Pereira.

#### Abertura

O presidente (deputado Gil Pereira) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

#### Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel – pelos 50 anos de sua fundação.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Prof. Marcelo de Oliveira Marques, diretor do Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel; a Exma. Sra. Kátia Ferraz Ferreira, coordenadora da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva da Superintendência de Inovação Tecnológica da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e os Exmos. Srs. deputado federal Bilac Pinto; José Geraldo de Souza, presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações – Finatel; vereador Professor Aldo, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, representando o presidente da câmara, vereador Miguel Caputo; e deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, do Exmo. Vereador Carlos Eduardo Nascimento Chaves, presidente da Câmara Municipal de Madre de Deus de Minas. Em seu nome, cumprimentamos os demais vereadores desse município. Da mesma forma o faço em relação aos vereadores do Município de Santo Antônio do Amparo, na pessoa do presidente da Câmara Municipal desse município, vereador Josimar Ribeiro de Avelar.

Acusamos também o recebimento de mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. Délio Malheiros, vice-prefeito de Belo Horizonte, por meio da qual S. Exa. cumprimenta o instituto pelos 50 anos de sua fundação, parabeniza o deputado Dalmo Ribeiro Silva pela iniciativa e lamenta sua ausência em razão de compromissos agendados anteriormente a este, cujos horários conflitam.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo comemorativo, dedicado aos 50 anos do Inatel.

– Procede-se à exibição do vídeo.

### **Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

Boa noite. Quero saudar o Exmo. Sr. deputado Gil Pereira, que hoje representa o presidente desta Casa, o deputado Adalclever Lopes. Agradecemos a V. Exa., deputado Gil Pereira, a disponibilidade em presidir esta importante e solene reunião especial. Muito obrigado a V. Exa. Quero cumprimentar e saudar também, com muita alegria, o Prof. Marcelo de Oliveira Marques, diretor do Instituto Nacional de Telecomunicações, o cinquentenário Inatel. Muito obrigado, professor, por estar aqui conosco, neste momento em que a Assembleia Legislativa lhe presta essa justa homenagem. Saúdo, cumprimento e agradeço também a presença do caríssimo amigo, filho da terra de Santa Rita de Sapucaí, o eminente amigo deputado federal Bilac Pinto. Muito obrigado, deputado Bilac Pinto, pela presença.

Quero cumprimentar, agradecendo-lhe, o Prof. José Geraldo de Souza, presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações – Finatel. Muito obrigado, professor. Saúdo, com muita alegria, o vereador Prof. Aldo Morelli, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, representando o presidente Miguel Caputo. Cumprimento, com muita alegria, nossa querida amiga Kátia Ferraz Ferreira, coordenadora da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva, da Superintendência de Inovação Tecnológica da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Muito obrigado. Não poderia deixar de fazer uma saudação ao decano do corpo docente, o eminente Prof. Fredmarck Leão. Muito obrigado. Ele é um dos fundadores da nossa escola. Quero cumprimentar todos os ex-alunos e ex-alunas, na pessoa do Cláudio Ferreira da Silva, ex-aluno do Inatel e pai da minha estagiária Amanda Mascarenhas. Muito obrigado. Cumprimento também todos os ex-alunos que nos acompanham neste momento pela TV Assembleia e pela internet. Hoje foi um dia feliz, com muitas mensagens. Aqueles que não puderam estar presentes mandaram muitas declarações emotivas,



manifestando carinho, gratidão. Esse glorioso cinquentenário do Inatel transformou a vida de milhares e milhares de homens e mulheres brasileiras. Quero saudar todos os que nos acompanham neste momento pela TV Assembleia.

É com muita alegria, senhores e senhoras, que realizamos aqui, nesta noite, no Plenário Juscelino Kubitschek, na Casa do povo mineiro, esta solene homenagem aos 50 anos do Instituto Nacional de Telecomunicações, o nosso querido Inatel.

A instituição nasceu em 31/3/1965, na nossa querida cidade de Santa Rita do Sapucaí, na região Sul de Minas, a qual tenho o prazer de representar com muito orgulho nesta Casa. Naquela época, milhares e milhares de jovens de todas as regiões do Brasil, e também do exterior, buscaram, como iniciaram ali, uma formação diferenciada na área tecnológica, graças ao conhecimento e reconhecimento da sua qualidade de ensino, reconhecimento esse que levou à instalação de uma unidade fora das montanhas de Minas, na cidade de São Paulo. Lá são oferecidos cursos e atividades na área de educação continuada, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o mercado.

O Inatel, senhores e senhoras, surgiu das ideias de José Nogueira Leite, da participação efetiva do Prof. Fredmarck Gonçalves Leão, a quem faço essa saudação; do Prof. Fernando José Costanti, do apoio fundamental da Sociedade dos Amigos de Santa Rita, da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, da Fundação Educandário Santarritense, da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí, do Clube Feminino da Amizade e do ex-deputado e ex-ministro Olavo Bilac Pinto, avô do nosso caríssimo deputado federal Bilac Pinto, aqui presente. A aula inaugural foi ministrada pelo almirante José Cláudio Beltrão Frederico, presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações da época, e a primeira turma começou com 75 alunos. A sala de aula era no tiro de guerra, e os laboratórios utilizados eram os da Escola Técnica de Eletrônica. Só em 1966 o Inatel foi transferido para a atual sede.

Lamentavelmente, naquele mesmo ano, o Inatel perdeu o seu fundador José Nogueira Leite. O Prof. Fredmarck Leão assumiu a direção, com toda a dedicação, dando prosseguimento ao trabalho desenvolvido de forma brilhante pelo saudoso fundador, o que V. Exa., até nos dias de hoje, faz com muito amor e com muita dedicação. O Inatel foi a primeira instituição de ensino do País a oferecer um curso superior de engenharia tendo a área de telecomunicações como foco. Hoje, o Inatel conta com 2.300 alunos e 7 opções de graduação, sendo 4 tradicionais e 3 tecnólogos, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nas áreas de engenharia e de tecnologia, além de cursos de extensão presenciais e a distância.

Graças à vocação tecnológica da cidade, Santa Rita do Sapucaí é conhecida como o Vale da Eletrônica. O carinhoso apelido é uma referência ao Vale do Silício, região dos Estados Unidos, localizada na Califórnia, onde empresas inovadoras nas áreas científica e tecnológica trouxeram grande desenvolvimento para o mundo. Ao lado da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa e da Faculdade de Administração e Informática, forma a mão de obra de melhor qualidade para o Vale da Eletrônica e, juntos, completam e qualificam a estrutura educacional do município para o Estado, para o Brasil e para o mundo.

Com ampla infraestrutura, comporta cerca de 34 ambientes de laboratórios tecnológicos. Possui extensa área de convivência, biblioteca com mais de um milhão de títulos eletrônicos, além de extenso acervo físico e internet sem fio em todo o câmpus. Nessa área também está o Centro de Integração Científica, Cultural e Tecnológica – CICCT – com a biblioteca, um centro de memória, laboratórios e o Teatro Inatel, um dos mais modernos e confortáveis do Sul de Minas.

E o instituto, caríssimos amigos, não se contenta apenas em formar mão de obra para as grandes empresas tecnológicas, lá dentro, os alunos são estimulados a pensar de forma empreendedora. Desde 1985, o instituto conta com a Incubadora de Projetos e Empresas. São 11 empresas incubadas e mais de 40 já graduadas em 15 anos de história. Em 2005, a Incubadora de Empresas do Inatel recebeu o prêmio Melhor Programa de Incubação de Empreendimentos Inovadores do País pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – Anprotec. Em 2010 foi apontada entre as 20 melhores incubadoras brasileiras pela revista *Pequenas Empresas Grandes Negócios*.

E o reconhecimento surge em diversas oportunidades. Na última quinta-feira, dia 3 de março, meus senhores, minhas senhoras, dileta Mesa, o jornal *Diário do Comércio* noticiou que a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial –



Embrapii – divulgou resultado preliminar da Chamada nº 2/2015, que credenciou sete novas unidades aptas a desenvolver projetos de inovação industrial. Dessas sete unidades, três são universidades mineiras, e o Inatel faz parte deste seleto time. Sentimos uma alegria muito grande com essa notícia recentemente publicada, divulgada pela Embrapii. Ao lado da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de Uberlândia, o instituto terá mais possibilidades de viabilizar ideias e projetos inovadores.

É com muito prazer que, durante quase 20 anos de vida parlamentar, sempre tive o meu olhar a favor do reconhecimento do querido Inatel.

Inspirado pelo respeito que sempre tive por essa cinquentenária instituição, dela fui buscar o fortalecimento de toda a cadeia produtiva do setor, que garante a empregabilidade e a excelência dos profissionais da área de produção tecnológica. Refiro-me à Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, de cuja lei tenho a honra de ser o autor, a Lei nº 16.296, de 2006, que fortaleceu muito o desenvolvimento do Município de Santa Rita do Sapucaí. As 150 empresas que constituem o Arranjo Produtivo Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí empregam cerca de 10 mil pessoas e têm como característica comum a busca constante pela inovação e o pioneirismo no desenvolvimento dos mais de 13.700 itens que fabricam.

Quero terminar, mais uma vez, manifestando a nossa alegria e dizendo que o Vale da Eletrônica é motivo de orgulho e o Inatel contribui efetivamente para esse grande sucesso, pois forma profissionais de qualidade e excelência, atuando nas mais diversas áreas da cadeia produtiva instalada na nossa querida Santa Rita do Sapucaí, para o Brasil e o mundo.

Por essas razões, caríssimos amigos, esta noite de comemoração do jubileu, dos 50 anos do Inatel, quero trazer em nome desta Assembleia e de todos os parlamentares as nossas homenagens sinceras, particularmente ao dinâmico diretor Marcelo de Oliveira Marques e a todo o corpo docente e administrativo, que são extremamente qualificados.

Parabenizo todos os alunos e ex-alunos deste cinquentenário instituto, que, com toda a certeza, devem se orgulhar da qualidade do ensino que receberam da instituição, sempre pautado pela inovação, pela ética, pelos valores morais e principalmente pela responsabilidade social.

Quero terminar, com muita alegria, agradecendo a presença de todos e manifestando a V. Exa., Prof. Marcelo, e a toda a diretoria a minha enorme admiração por esse santuário da educação, que V. Exa. preside. Particpei lá de tantas e tantas reuniões e homenagens. Para mim é uma honra muito grande pisar naquele chão sagrado que V. Exa. tão bem preside. Também tantos outros diretores muito deram de si ao instituto. Fazemos essa homenagem para retribuir tudo que o querido instituto fez por Minas e tem feito pelo Brasil. Por essas razões, modestamente eu faço muita questão, com muito carinho, gratidão e reconhecimento, de homenagear todos os que trabalharam, estudaram e usaram sua inteligência, hoje dignificando o povo de Minas e do Brasil.

Parabéns, Prof. Marcelo. Leve essa homenagem do Parlamento mineiro como prova do nosso reconhecimento sempre por essa instituição extraordinariamente desejada por todo o Brasil e por todo o mundo. Que Santa Rita possa abençoar a todos e que essa instituição se fortaleça mais ainda pelos seus princípios e principalmente pelo ensino que possui há 50 anos! Muito obrigado a todos.

### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste instante, o deputado Gil Pereira, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia de Minas, e o deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão a entrega ao Prof. Marcelo de Oliveira Marques, diretor do Inatel, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (– Lê:) “Localizado em Santa Rita do Sapucaí, no Vale da Eletrônica, o Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel – é um centro de excelência em ensino e pesquisa premiado por seu inovador modelo acadêmico. Fundada em 1965, a instituição vem, desde então, trazendo empregos e prosperidade para o Sul de Minas ao transferir conhecimento de ponta para um dos mais importantes polos de tecnologia do Brasil. Por sua importante contribuição para o



desenvolvimento do Estado e do País, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais confere ao Inatel merecida homenagem na celebração do cinquentenário de sua fundação”.

– Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras do Sr. Marcelo de Oliveira Marques**

Boa noite. Quero cumprimentar o Exmo. Sr. deputado Gil Pereira, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; o Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro Silva, que muito nos honra sendo o autor do requerimento que deu origem a esta grande homenagem; o nosso amigo, Exmo. Sr. deputado federal Bilac Pinto; a Sra. Kátia Ferraz Ferreira, coordenadora da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; o Prof. José Geraldo de Souza, nosso presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações.

Quero saudar e cumprimentar o nosso amigo vereador Prof. Aldo, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, neste ato representando o vereador Miguel Caputo, presidente da câmara. De forma especial, quero cumprimentar os ex-diretores do Inatel aqui presentes: Prof. Fredmarck Gonçalves, Prof. Mário Augusto de Souza Nunes e Prof. Pedro Sérgio Monti.

Cumprimento também o nosso vice-diretor, Prof. Carlos Nazaré, e, de forma muito especial, cumprimento os professores, os colaboradores e os nossos ex-alunos, que nos dão a honra da sua presença neste importante momento para a nossa instituição.

Senhoras e senhores, há 50 anos começava a ser escrita a história do Instituto Nacional de Telecomunicações. Uma história que começou com o sonho do nosso idealizador e fundador, Prof. José Nogueira Leite, que entendeu a importância do setor de telecomunicações para o desenvolvimento de nosso país.

O Prof. José Nogueira Leite foi um homem inovador, pois criou o primeiro curso de engenharia de telecomunicações do País, e também foi um empreendedor, pois lutou para a realização de seu sonho, juntou-se a outros homens, como o Prof. Fredmarck, nosso ex-diretor aqui presente, e buscou o apoio de toda uma cidade. Ele buscou e conseguiu o apoio irrestrito da pequena cidade de Santa Rita de Sapucaí.

Desse apoio e da compreensão da pequena cidade de Santa Rita de Sapucaí, que poderia contribuir decisivamente para o destino de nosso país, surgiu uma instituição de excelência e diferenciada, que, desde o primeiro momento, se voltou para atender às reais necessidades do Brasil.

Foram muitas, centenas, as oportunidades em que a contribuição do Inatel se fez presente. Com mais de sete mil tecnólogos, engenheiros e mestres formados, nossos ex-alunos se fizeram presentes em diversos momentos do desenvolvimento de nosso estado e do nosso país. Podemos ilustrar rapidamente essa participação, falando ainda do final da década de 60 e do início da década de 70, com a participação maciça de nossos engenheiros no projeto, na implantação e no desenvolvimento de toda a infraestrutura nacional, que permitiu a discagem direta a distância, integrando as áreas mais remotas de nosso país.

Ainda na década de 70, a implantação da rede de distribuição de sinais de televisão para todo o Sul de Minas Gerais teve a participação indispensável do Inatel e de seus ex-alunos. Já na década de 80, o maior centro de pesquisa e desenvolvimento da Telebras teve como sustentação a competência, a força de trabalho e a experiência dos nossos ex-alunos, desenvolvendo tecnologias que permitiram ao País avançar no setor das telecomunicações e diminuir a dependência do capital financeiro e intelectual de outros países.

Na década de 90, quando Minas Gerais iniciava a migração do sistema de telefonia celular analógico para o sistema digital, no prazo de dois anos entregamos ao mercado 250 engenheiros altamente especializados em telefonia móvel celular digital e, mais à frente, constituímos, à época, com a recém-formada Telemig Celular um grupo específico com mais de 50 engenheiros, que ficaram responsáveis por implantar o sistema de telefonia celular digital em todo o Estado de Minas Gerais.

Foram muitas as contribuições dos nossos ex-alunos. Não poderíamos citar todas, mas não podemos deixar de citar outras contribuições institucionais que fortalecem o nosso estado e o nosso país. Em 1985, em uma ação conjunta do poder público de Santa Rita do Sapucaí, do Inatel e do empresariado local, a cidade passou a desenvolver um programa formal de fortalecimento dos processos de nascimento e desenvolvimento das empresas da cidade.

O Inatel esteve presente desde o início. Hoje Santa Rita do Sapucaí é conhecida em todo o mundo como o Vale da Eletrônica por contar com mais de 150 empresas de base tecnológica.

Desse total de empresas, 1/3 foi gerado na incubadora de empresas e projetos do Inatel, e outras tantas nasceram espontaneamente da vocação e do estímulo ao empreendedorismo aos nossos alunos. Este é um compromisso institucional assumido pelo Inatel. Queremos que o desenvolvimento econômico de nossa cidade, promova o desenvolvimento social, queremos que o desenvolvimento social crie portas de entrada para muitos jovens participarem de um programa acadêmico de excelência, como o oferecido dentro dos muros de nossa instituição.

Nos últimos anos, nos consolidamos como um dos principais centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação do País, com os resultados de nossas pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, fortalecendo o parque industrial brasileiro e atingindo mais de 20 outros países. Pesquisas e tecnologias geradas no Inatel têm alcançado o mundo todo.

Mas queremos mais. Sabemos que o desenvolvimento econômico nem sempre leva, com a mesma intensidade, com a mesma rapidez, ao desenvolvimento social. Assim, buscamos favorecer os jovens que procuram um ensino de excelência em nossos sete cursos de graduação com oportunidades reais para cursarem o Inatel. Através de nossa fundação mantenedora, oferecemos bolsas de estudo para mais de 40% de nossos alunos. Criamos oportunidades de participação de nossos alunos em todos os nossos projetos internos, fazendo com que 30% deles adquiram uma formação diferenciada ainda nos bancos escolares, obtendo não só uma formação profissional avançada, mas também a oportunidade de gerarem renda para a sua própria manutenção. São muitos os resultados obtidos nestes 50 anos com o trabalho de muitos, com o apoio de amigos, e aqui aproveito para citar o deputado estadual Dalmo Ribeiro Silva, que sempre teve um olhar especial para o Sul de Minas Gerais e sempre apoiou todas as iniciativas de nossa instituição.

Muito obrigado, deputado Dalmo, pela sua amizade, pelo seu compromisso com o Inatel e por esta homenagem. Quero cumprimentar e agradecer também a todo o governo de Minas Gerais que nunca faltou com seu apoio direto às nossas ações de desenvolvimento. Aproveito para agradecer também ao deputado federal da nossa região, da nossa casa, da nossa cidade, deputado federal Bilac Pinto, por todo o apoio durante todos esses anos.

Mas os muitos resultados e contribuições positivas que oferecemos ao nosso estado e ao nosso país apenas nos indicam que este trabalho não deve ser cessado, deve ser continuado, continuado com o compromisso de fazer ainda mais pelos nossos jovens, pela educação, pela engenharia, pela nossa cidade e pelo nosso estado e país.

Assim, senhores e senhoras, termino este rápido pronunciamento com um enorme sentimento de gratidão institucional e pessoal por esta homenagem, sentimento este que só é menor do que o compromisso de cada colaborador do Instituto Nacional de Telecomunicações em continuar por mais outros tantos anos a oferecer uma formação de excelência aos nossos jovens e a dar uma significativa contribuição ao nosso estado e ao nosso país. Muito obrigado pela atenção e uma boa noite a todos.

#### **Palavras do Deputado Federal Bilac Pinto**

Excelentíssimo deputado Gil Pereira, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado estadual Adalcleber Lopes; Exmo. Sr. Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, nosso deputado de Santa Rita do Sapucaí, de quem temos grande orgulho, por ser nosso representante nesta Casa do Parlamento mineiro; Prof. Marcelo de Oliveira Marques, diretor do Instituto Nacional de Telecomunicações, razão de estarmos aqui hoje; Dr. Paulo Cléber Duarte Pereira, ex-secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e diretor da Fapemig; Prof. Fredmarck, aqui representando a nossa Unifei, pessoa que tem grande vínculo com a



criação do instituto; Kátia Ferraz, coordenadora da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva, Superintendência de Inovação Tecnológica da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Prof. José Geraldo, presidente da fundação Instituto Nacional de Telecomunicações, a quem agradecemos; vereador Prof. Aldo Morelli, neste ato representando o presidente da câmara municipal, vereador Miguel Caputo. Saúdo os senhores, as senhoras, os professores que participam deste evento nesta noite. Prezados membros da Mesa, representantes do poder público, personalidades, empresários, prezados dirigentes, professores, servidores, alunos, ex-alunos do nosso Inatel, conterrâneos, amigos sul-mineiros.

Tive a oportunidade de tomar conhecimento recentemente, numa revista especializada, das 20 empresas *startups* que, com seus produtos e serviços, iriam mudar o mundo nos próximos anos. Das 20 empresas, cerca de 14 são diretamente originárias do setor eletroeletrônico e de telecomunicações, e as demais estão indiretamente a ele vinculadas. Acredito, Marcelo, que até mesmo D. Sinhá Moreira, minha tia-avó, não poderia imaginar a magnitude e a abrangência desse futuro que nos está sendo apresentado. Como sabemos, foi ela quem lançou, no meio do século passado, a base para um futuro audacioso para a nossa Santa Rita do Sapucaí e região, com a criação da pioneira e visionária Escola Técnica de Eletrônica – ETE – Cel. Francisco Moreira da Costa. Acredito ainda que nem mesmo poderiam fazê-lo os pioneiros Padre Vaz, líder dos jesuítas que receberam a ETE em doação, e os Profs. José Nogueira Leite e Fredmarck Gonçalves, da antiga Escola de Engenharia de Itajubá – Efei –, que criou com colegas o nosso querido Inatel. Lembrando, evidentemente, que eles tinham convivência com a fronteira do conhecimento da eletrônica e, conseqüentemente, com a tecnologia e inovação que dela advieram.

Assim, é com orgulho que participo aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da comemoração do cinquentenário do Inatel, nosso Instituto Nacional de Telecomunicações, frente a nossa cidade de Santa Rita do Sapucaí, que é, sem sombra de dúvida, uma das instituições que introduziu esse futuro tecnológico tão espetacular e renovador. Por volta ainda de 1965, com a proposta da Escola Técnica de Eletrônica, já uma realidade em Santa Rita do Sapucaí, e a economia nacional experimentando um ciclo de crescimento, apresentou-se a necessidade da ampliação e modernização de uma planta telefônica no nosso país, como dito pelos oradores que me antecederam. É então que se apresenta a figura de José Nogueira Leite, professor da tradicional Escola de Engenharia de Itajubá, a nossa Efei. Com outros colegas, ele propôs o projeto de criação de um instituto de engenharia focado em telecomunicações para atender àquela inquestionável demanda.

Com o apoio das mais destacadas lideranças da região e, notadamente, da obra educacional de Sinhá Moreira, é criado o nosso Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel –, também em Santa Rita, para formar engenheiros operacionais com as avançadas tecnologias disponíveis à época.

Alguns anos à frente e com um histórico de realizações marcantes de seus ex-alunos na modernização da telefonia brasileira, passa o Inatel a formar engenheiros plenos com ênfase em eletrônica e especialização em telecomunicações.

Entretanto, além de seu notório e reconhecido compromisso com a qualidade da formação acadêmica de seus alunos, o que também devemos aplaudir no Inatel foi sua priorização, desde o primeiro momento, dos interesses institucionais e do desenvolvimento da região na qual estava inserido.

Como conseqüência e num esforço integrado com outros atores e lideranças locais à época, fizeram viabilizar em Santa Rita as empresas pioneiras de tecnologia, a Faculdade de Administração e Informática – FAI –, o Colégio Tecnológico Delfim Moreira, o Sindvel e, continuamente até hoje, novas empresas e organizações na fronteira do conhecimento.

À semelhança dos países mais evoluídos do mundo, esses atores, imbuídos do caráter transformador da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, materializaram em Santa Rita do Sapucaí um dos mais reconhecidos polos de tecnologia do Brasil, o nosso Vale da Eletrônica.

Gostaria assim, como santa-ritense e cidadão mineiro e brasileiro, de fazer, nesta oportunidade, uma audaciosa e desafiadora proposta para todos os atuais e futuros integrantes do Vale da Eletrônica de Santa Rita.

Gostaria que os Profs. Marcelo Marques e Carlos Nazareth Marins, o empresário Roberto Souza Pinto, presidente do Sindvel, o Prof. Alexandre Loures, o prefeito Jefinho, o empresário Carlos Antônio Rodrigues, o Prof. José Cláudio, o vice-prefeito Wander, o vereador Aldo Morelli e tantos outros aqui não nominados, mas imprescindíveis para o Vale da Eletrônica, definissem como meta inarredável a pesquisa insistente das novas e promissoras fronteiras da tecnologia eletrônica.

Essa postura, mais cedo ou mais tarde, indicaria os caminhos da eletrônica e de suas inovações mais avançadas para assegurar ao polo de Santa Rita do Sapucaí um permanente círculo virtuoso de crescimento e liderança em tecnologia.

Como já se começa a saber, uma das mais importantes e eminentes aplicações da microeletrônica será na medicina, e com ela o homem poderá viver 100 ou, talvez, até 200 anos.

Encontro com vocês, com certeza, no centenário do Inatel. Obrigado.

### **Palavras do Presidente**

Exmo. Sr. Diretor do Inatel, Prof. Marcelo de Oliveira Marques; Exmo. Sr. Deputado Federal Bilac Pinto, com quem tivemos o privilégio de estar durante três mandatos, em um dos quais ele estava como secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sempre um educador, como sua tia-avó; Exmo. Sr. Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, que tem sido um brilhante defensor do Sul de Minas e da educação – quero parabenizá-lo, Dalmo, que é nosso mestre, nossa referência, não só na área da educação mas também em toda a Assembleia; Sra. Coordenadora da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva da Superintendência de Inovação Tecnológica da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Profa. Kátia Ferraz Ferreira; Sr. Presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações – Finatel –, Prof. José Geraldo de Souza; e Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, vereador Prof. Aldo, representando o presidente da câmara, vereador Miguel Caputo.

Lerei o pronunciamento do nosso presidente Adalclever Lopes, que infelizmente não pôde presidir esta reunião.

“Não é por acaso que o Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel – é considerado um centro de excelência em ensino superior e pesquisa e tem-se consolidado cada vez mais, no Brasil e no exterior, como formador de grandes profissionais para a área tecnológica. Ao observarmos os principais destaques de sua trajetória, como já foi dito aqui antes, de uma história que teve início em 1965, com a criação do curso de engenharia operacional, confirmamos a vocação do instituto para acreditar no talento de jovens e apostar no seu futuro.

Nesses 50 anos, o Inatel, a partir de sua base em Santa Rita do Sapucaí, no Vale da Eletrônica, ofereceu à sociedade e oferece, entre tantas iniciativas, núcleo de empreendedorismo, mestrado em telecomunicações, diversos cursos de engenharia, laboratórios tecnológicos, um centro de referência em radiocomunicações, bem como a primeira transmissão aberta de TV digital com sistema totalmente nacional.

Nesse contexto, a excelência só faz sentido se existir para o benefício das pessoas, dos cidadãos. E é o que ocorre com o Instituto Nacional de Telecomunicações, que investe em educação, gerando conhecimento para seus diplomados. E envolve, numa só rede, as famílias de seus alunos e ex-alunos, os empreendedores que geram trabalho para a comunidade, os colaboradores que mantêm viva a instituição, os projetos sociais que constroem novas oportunidades e, finalmente, as parcerias que efetivam os projetos sonhados no *campus*.

Podemos dizer, assim, que o Inatel é uma joia mineira e um orgulho para todo o País. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece, com satisfação, seu empenho e dedicação para um mundo melhor. Muito obrigado.”

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos o seu agradecimento pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 8/3/2016.). Levanta-se a reunião.



**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Gustavo Valadares, Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMSC) e Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMSC), membros da Comissão de Administração Pública; e os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Gustavo Valadares, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. Está presente, também, o deputado Iran Barbosa. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, entre outros temas, o contrato de parceria público-privada firmado entre o governo do Estado, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo – Secopa –, e a empresa Minas Arena para a reforma, modernização, exploração, operação, manutenção e obras do Estádio Mineirão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Daniel de Carvalho Guimarães, procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais; Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral adjunto, representando o advogado-geral do Estado; Jarbas Filho de Lacerda, advogado e professor do curso de direito da Faculdade Pitágoras; e Vereador Juliano Lopes Lobato, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Rogério Correia e Iran Barbosa, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições das comissões. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.870/2015, dos deputados Rogério Correia, Iran Barbosa, Geraldo Pimenta e Anselmo José Domingos, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Administração Pública e de Esporte, Lazer e Turismo para debater o contrato de parceria público-privada firmado entre o governo do Estado, por meio da Secopa, e a empresa Minas Arena para reforma, modernização, exploração, operação, manutenção e obras no Estádio Mineirão;

nº 1.871/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião à Secretaria de Estado de Esporte, ao Sr. Daniel de Carvalho Guimarães, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, e ao Sr. Onofre Alves Batista, advogado-geral do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

João Magalhães, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2015**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e o deputado Fred Costa, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a interrupção de repasse de recursos em benefício de alunos com necessidades educacionais especiais em Minas Gerais e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Henrique Pereira Dourado, diretor-geral da Loteria do Estado de Minas, agradecendo o convite, avisando do não comparecimento à audiência e informando que os recursos financeiros necessários à



quitação da “bolsa Caade” referentes ao ano de 2014 foram realizados e que as futuras ações dessa autarquia serão determinadas pelo governo do Estado, em consonância com grupo de trabalho intersetorial. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Monike Valent Silva Borges, mestranda do programa de pós-graduação do MPMG, representando Lais Maria Costa Silveira, promotora de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte; Márcia Brandão Magalhães, representando Maria Aparecida de Oliveira, presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape; e os Srs. Ronaldo José Senna Camargo, superintendente de Políticas de Assistência Social, representando André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais; Bertolo Mateus Oliveira Filho, procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Leonardo Soares Nader, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; e Rogério de Araújo Souza, pai de autista e associado da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais – Apape; que são convidados a tomar assento à mesa. Os deputados Duarte Bechir e Fred Costa, coautores do requerimento que deu origem ao debate, fazem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2015**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Dalmo Ribeiro Silva, membro das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Assuntos Municipais e Regionalização; e o deputado Wander Borges, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a restauração da Escola Estadual Paula Rocha, situada no Município de Sabará. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fátima Regina de Souza Silva, diretora da Escola Estadual Paula Rocha; Natália Caillaux dos Santos, gerente de Ação Preventiva da Diretoria de Conservação e Restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha, representando o secretário de Estado de Cultura e a presidente do Iepha; Sra. Tatiana Nunes de Oliveira e o Sr. Sérgio Brant de Godoy, assessores da Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária de Estado; os Srs. Sérgio Fagundes, arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais, representando a presidente; Flávio Goes Menicucci, diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop; Alex Charles Rodrigues, secretário Municipal de Obras de Sabará, representando o prefeito; e Lucas Silva, vereador da Câmara Municipal de Sabará, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Wander Borges, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016**

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Luciana Vidal Santiago, presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Candelária; e Ana Paula de Oliveira Freitas, líder comunitária do Bairro Quintino, em Divinópolis, solicitando que a comissão realize audiência pública na cidade de Divinópolis para debater assuntos referentes a parceria público-privada na MG-050. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Elisa Smaneto, diretora de Gestão Interina do Gabinete Pessoal da Presidenta da República (11/12/2015); Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta (12/12/2015, 18/12/2015 e 19/12/2015); e dos Srs. Flávio Bazzano Franco, chefe de Gabinete do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (11/12/2015), Alessandro Marques, servidor da Secretaria de Estado de Governo (12/12/2015). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.591/2015 com a Emenda nº 1, votada em separado; e 1.897/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Gustavo Valadares), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.300, 3.440, 3.448, 3.449, 3.462, 3.468 a 3.472, 3.502, 3.503, 3.508, 3.519, 3.523, 3.528, 3.567, 3.588, 3.589 a 3.592 e 3.596/2015, 3.716, 3.719 e 3.720/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.687, 4.697, 4.698, 4.699, 4.700, 4.701 e 4.702/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Deiró Marra, presidente – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Corrêa.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/2/2016**

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Wilson Batista. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Ivar de Almeida Cerqueira Neto, prefeito de Conselheiro Lafaiete, encaminhando cópia da documentação que comprova a doação ao Estado do imóvel onde está sendo construído o hospital regional. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Antônio Aguiar, deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (11/12/2015); Jorge Raimundo Nahas, presidente da Fhemig (27/1/2016); Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, procurador da República em Minas Gerais (17/12/2015); Ronaldo Curado Fleury, procurador-geral do Trabalho (28/1/2016); Vitor Valverde, secretário de Governo de Belo Horizonte (4/2/2016); José Sóter de Figueirôa Neto, secretário de Governo de Juiz de Fora (13/2/2016); Geraldo Melo Corrêa, chefe de gabinete da Fundação Nacional de Saúde (4/2/2016); e Eduardo de Azeredo Costa, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (16/1/2016); e das Sras. Maria Thereza Rorigues da Cunha (6), chefe de gabinete da



Secretaria de Estado de Saúde (12/12/15 e 4/2/16); e Mariah Brochado Ferreira (13), secretária de Estado adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/12/2015 e 13/1/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 120/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Glaycon Franco); 551/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Carlos Pimenta); 577/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Carlos Pimenta); 895/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Jean Freire); 938/2015 (relator: deputado Carlos Pimenta); 1.581/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição); 2.167/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Glaycon Franco); e 2.781/2015 com as Emendas nºs 3 e 4, rejeitando-se as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição); pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2015 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Antônio Jorge em virtude de redistribuição); e pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 476/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2 (relator: deputado Glaycon Franco); 519/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Glaycon Franco); 793/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição); 894/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição); 2.604/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Jean Freire); e 3.004/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Jean Freire). O Projeto de Lei nº 528/2015 (relator: deputado Doutor Jean Freire, em virtude de redistribuição) teve seu parecer retirado pelo relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.831/2015 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 3.473, 3.526, 3.564 e 3.635/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 4.972/2016, dos deputados Carlos Pimenta, Glaycon Franco, Antônio Jorge e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para retomar a realização de mutirões de cirurgia de catarata no Estado, com atendimento nos municípios, nos moldes do programa Ver Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/2/2016**

Às 17h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança da bancada do PT) e os deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança da bancada do PT), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 5.013/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.016/2015, que busca tipificar o crime de terrorismo no Brasil;

nº 5.014/2016, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater sobre supostas ações violentas e maus tratos cometidos contra detentos da Unidade Prisional Nelson Hungria e o tratamento dado aos familiares, que sofrem represálias por parte de agentes dessa unidade;

nº 5.015/2016, dos deputados Professor Neivaldo e Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Paracatu para debater os impactos da atividade minerária na região e a violação de direitos individuais e coletivos;

nº 5.016/2016, dos deputados Professor Neivaldo e Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado ao Chefe de Polícia Civil do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 18/2/2016, para apurar denúncias de mortes por envenenamento no Município de Paracatu, em decorrência das atividades de mineração nessa localidade;

nº 5.017/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado aos comandantes do 19ª Batalhão da Polícia Militar e do 2º Pelotão do 19ª Batalhão da Polícia Militar, situados respectivamente nos Municípios de Teófilo Otoni e de Itambacuri, pedido de informações relativos ao óbito da Sra. Raimunda Pereira da Silva, de 72 anos, ocorrido na noite de 16/2/2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Carlos Pimenta – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016**

Às 18h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.918 a 4.922/2016, e rejeitado o Requerimento nº 4.923/2016. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.046 e 5.047/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Gustavo Corrêa – Agostinho Patrus Filho.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016**

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Vilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fataemg –, solicitando que esta comissão convide o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Sávio Souza Cruz, a apresentar a previsão orçamentária a ser executada pelos órgãos Semad, Feam, Igam e IEF e as ações prioritárias para o ano de 2016. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 18/2/2016: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária-adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais (3, e do Sr. Vitor Reis Salum Tavares, gestor ambiental do Núcleo Regional de Gestão das Denúncias Ambientais e Controle Processual. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.776 e 3.780/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.978/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2016.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2016**

Às 16h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, encaminhados pelo “Fale com a Assembleia”, das Sras. Waldirene Aparecida Gonçalves Franco de Andrade, Izabel Cristina Ferreira da Silva Policena e Kívia Mislei Moreira Bertolace por meio dos quais se manifestam favoravelmente ao Projeto de Lei nº 3.230/2016, e do Sr. Marcelo Gama, em que solicita a aprovação dos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 47/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Isauro Calais, ao Projeto de Lei nº 3.230/2016, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 e pelo desmembramento de parte da proposição original e sua apresentação na forma de projeto de lei complementar, para adequar a matéria à forma legalmente prevista para a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para reunião extraordinária a ser realizada no dia 2/3/2016, às 15 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 3.230/2016, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Isauro Calais – Bonifácio Mourão – Antônio Jorge – Sargento Rodrigues – Cristiano Silveira.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/3/2016****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 145, que dá nova redação ao §1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.893, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.898, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.901, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de



Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 15/3/2016**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.303 a 3.305, 3.307 e 3.310/2015, do deputado Cabo Júlio; 3.973/2016, do deputado Léo Portela; 4.023/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.030 e 4.032/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública para discutir denúncia em desfavor da Sra. Cleide Oliveira Fiorillo, delegada de polícia, que respondia pelos Municípios de Jequeri, Rio Casca e São Pedro dos Ferros, a qual, sem comparecer à delegacia, teria liberado, por telefone, dois indivíduos presos em flagrante pela Polícia Militar, que voltaram a cometer delitos.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/3/2016**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.014 a 4.022/2016, do deputado Bosco; 4.031/2016, da deputada Ione Pinheiro; 4.039 a 4.047/2016, do deputado Carlos Pimenta; e 4.050/2016, do deputado João Alberto.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 15/3/2016**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.977/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Nozinho, Carlos Pimenta e Alencar da Silveira Jr.; e 4.008/2016, da deputada Ione Pinheiro.





Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/3/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, do governador Fernando Damata Pimentel e Projeto de Lei nº 3.231/2016, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.007/2016, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/3/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Realização de audiência pública com a finalidade de debater a situação da Usiminas e seu reflexo na economia mineira.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/3/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes; e 2.905/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/3/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**3ª Parte**

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/3/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/3/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 15 de março de 2016, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 145, que dá nova redação ao §1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, à Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população, à Proposição de Lei nº 22.893, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica, à Proposição de Lei nº 22.898, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências, e à Proposição de Lei nº 22.901, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado, e do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, obter esclarecimentos dos Srs. Helvécio Magalhães, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e José Afonso Bicalho, secretário de Estado de Fazenda, com o objetivo de discutir a situação econômica e administrativa do Estado; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2016.

João Magalhães, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, conhecer os empreendimentos da mineradora Vale S.A. em andamento, bem como sua importância no Produto Interno Bruto – PIB – e na geração de empregos e renda no Estado; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2016.

Gil Pereira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.174/2016, do governador do Estado; 67/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 935/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.122/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.464/2015, do deputado Noraldino Júnior; 1.473/2015, do deputado Bonifácio Mourão; 1.563/2015, do deputado Tiago Ulisses; 1.930/2015, do deputado Elismar Prado; 1.997/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.046, 2.047 e 2.049/2015, do deputado Inácio Franco; 2.179/2015, do deputado Elismar Prado; 2.288/2015, do deputado Fred Costa; 2.514/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.524/2015, do deputado Gilberto Abramo; 2.601/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 2.669/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.690/2015, do deputado Rogério Correia; 2.701 e 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.772/2015, do deputado Gustavo Corrêa e outros; 2.789/2015, do deputado Cássio Soares; 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses; 2.876/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.919/2015, do deputado Léo Portela; 2.962/2015, do deputado Douglas Melo; 3.022/2015, do deputado Antônio Jorge; 3.121/2015, do deputado Arlen Santiago; 3.122/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 3.135/2015, do deputado Tito Torres; 3.141/2015, do deputado Thiago Cota; e 3.153/2015, do deputado Lafayette de Andrada; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 270 e 276/2015, do deputado Inácio Franco; 1.143/2015, do deputado Braulio Braz; 1.664/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.126/2015, do deputado João Leite; 2.183/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.219/2015, do deputado Léo Portela; 2.221/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 2.222/2015, do deputado Nozinho; 2.256/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.317/2015, do deputado Vanderlei Miranda; 2.322/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.578/2015, do deputado João Alberto; 2.829/2015, do deputado Paulo Lamac;



2.894/2015, do deputado Cássio Soares; 2.979/2015, do deputado Ivair Nogueira; 2.985/2015, da deputada Geisa Teixeira; 2.995/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 3.075 e 3.076/2015, do deputado Duarte Bechir; 3.109 e 3.113/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 3.128/2015, do deputado Duarte Bechir; 3.131/2015, do deputado Rogério Correia; e 3.132/2015, do deputado Fabiano Tolentino; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 8/3/2016

A deputada Marília Campos\* – Quero cumprimentar os deputados presentes, as sete deputadas da Assembleia Legislativa, a Mesa da Assembleia na pessoa do deputado Hely, e, por último, dedico um cumprimento especial a todas as mulheres que ocupam as galerias, que estão ocupando o espaço democrático da Assembleia Legislativa desde ontem, para manifestar a sua luta e fazer a grande mobilização em defesa das nossas conquistas. Vejam bem, não é apenas a luta e a conquista de vocês, é também a nossa luta, a nossa conquista.

Quero, inicialmente, dizer que 8 de março é uma data muito especial, principalmente para todas nós mulheres. É uma data especial porque marca uma data histórica de mulheres que foram à luta para defender seus direitos. Certamente é importante considerar não apenas o apelo histórico que esta data tem, mas também o que nos inspira: a continuar a nossa luta, e temos todos os motivos para continuá-la. Por exemplo, quando vemos mulheres serem vítimas de preconceitos, quando as vemos serem discriminadas no mercado de trabalho, quando as vemos serem sub-representadas na política. Aqui na Assembleia Legislativa, temos hoje essa sub-representação, já que dos 77 parlamentares apenas 7 são mulheres. Então temos todos os motivos para manifestar a nossa luta, para nos organizar, para garantir que a nossa mobilização signifique mais avanços.

Sr. Presidente, hoje pela manhã estivemos presentes, eu e o deputado Geraldo Pimenta, em Betim, numa grande manifestação em que o sindicato e a sociedade da cidade denunciavam o fechamento da maternidade municipal. Este foi o grande presente que a cidade de Betim deu às mulheres não só de Betim mas também da região metropolitana: o fechamento de uma maternidade que faz 400 partos por mês e atende mais de mil pessoas na porta de entrada. Isso tem impacto em Betim e também na região metropolitana. Também haverá impacto no processo de municipalização do hospital regional, enviado à câmara dos vereadores. Por essa razão, Sr. Presidente, estive lá para me solidarizar com as mulheres, com o povo daquela cidade, e estou usando esta tribuna para fazer a denúncia e chamar o Legislativo Mineiro, para que, com o governo do Estado, consigamos articular uma ação para impedir que isso ocorra no atendimento da saúde da cidade de Betim e da Região Metropolitana.

Apresentei requerimento na Comissão de Saúde propondo a realização de uma audiência pública para que a gente envolva, numa solução negociada, os governos municipal, estadual e federal, uma vez que grande parte dos problemas que encontramos na saúde hoje é o financiamento. Espero que em breve a gente possa realizar essa audiência pública. Por essa razão, em contato com o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, solicitei a marcação dessa audiência pública para que possamos discutir essa questão que atinge o povo de Betim e, em particular, as mulheres que reivindicam o direito à saúde.

Por fim, presidente, queria falar da importância de esta Assembleia ter um compromisso institucional com a democratização do poder. Nós, além de termos uma sub-representação na Assembleia Legislativa de apenas 7 mulheres, lutamos para que haja uma reforma política que altere as regras do jogo, para que a gente democratize a participação das



mulheres na política também e queremos democratizar a Mesa da Assembleia. Hoje há um processo em tramitação da PEC nº 16, que teve aprovação favorável na comissão da PEC pela garantia de, pelo menos, uma mulher na Mesa da Assembleia, e essa questão tem de ser pautada aqui no Plenário. Por isso, quero pedir o apoio dos deputados. Se querem fazer uma verdadeira homenagem às mulheres, votem na PEC nº 16. Assim será o cumprimento de cada deputado com o processo de democratização não apenas do Plenário, mas também da Mesa da Assembleia.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero ler uma carta das companheiras mulheres que estão aqui nas galerias ocupando um espaço da Assembleia Legislativa. Quero ser mensageira dessa luta expressando as bandeiras, expressando as angústias, expressando a sua capacidade de mobilização e, acima de tudo, expressando a esperança que sei que todas as companheiras têm num mundo mais justo, num mundo mais igualitário. Quero ler a carta, que é esta: "Belo Horizonte, 8/3/2016. Somos 850 mulheres do campo e da cidade reunidas nos dias 7 e 8 de março de 2016 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, vindas de todas as regiões do Estado, de mais de 40 organizações.

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, nosso tema é questionar o modelo de desenvolvimento em Minas Gerais, vinculado à dependência das migalhas dos impostos sobre a mineração. Toda essa nossa riqueza é destinada a exportação, e os lucros extraordinários ficam para seus acionistas e rentistas, e nós, mulheres, ficamos com a violação dos direitos humanos que aumenta a cada. Vimos denunciar todas as lamas que estão em nossas vidas e que historicamente nos violentam e matam. Queremos nossos direitos. Queremos o fim da violência que sofremos por sermos mulheres, acesso a creches, acesso a educação infantil para nossos filhos e filhas, salário igual para trabalho de igual valor, fim do assédio moral e sexual, direito aos nossos territórios e pelos direitos sexuais e reprodutivos, por políticas públicas de saúde, educação, saneamento para as mulheres do campo e da cidade, o fim da tarifa de energia mais cara do Brasil, ampliação da participação na política e que só viria com uma Constituinte exclusiva, soberana e popular.

Queremos que seja revisto o acordo do grande crime em Mariana de toda a bacia que trata da recuperação do Rio Doce e das indenizações, assinado entre governos e a Samarco, onde não consta, em nenhum momento, a participação dos atingidos e atingidas, dando liberdade ao criminoso para fazer o que quiser com suas vítimas.

Exigimos que esta Casa dê prioridade à votação e que aprove a política estadual de tratamento às famílias atingidas por barragens e outros empreendimentos, que chega a esta Casa no dia de hoje. Vamos acompanhar cada passo, no debate e na votação da matéria. Exigimos a assinatura imediata do decreto de desapropriação da área da Fazenda Ariadnópolis e suspensão do despejo marcado para o dia 10 de março. Somos mulheres em luta contra o golpe, em defesa da democracia, porém não permitiremos que sejam tirados nossos direitos historicamente conquistados. Estaremos postas e nas ruas no dia 18 de março. Seguiremos em marcha até que todas sejam livres. Fora, Cunha, inimigo das mulheres. Mulheres, minério, água e energia não são mercadorias. Somos todas atingidas. Queremos nossos direitos".

Levantem-se. Mulheres, minério, água e energia não são mercadorias. De novo: Mulheres, minério, água e energia não são mercadorias. (– Manifestação das galerias.)

É isso aí, companheiras.

Continuemos a nossa marcha, continuemos a nossa mobilização em defesa de um Brasil com mais justiça, com mais igualdade e contra o golpe. Parabéns pela luta. Estamos juntas.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputada Marília Campos, primeiramente quero parabenizá-la pelo seu pronunciamento. Parabênico, da mesma forma, todas as companheiras aqui presentes. A carta ficou bonita e expressa a luta que as mulheres travam neste nosso Brasil e também a organização de vocês aqui na Assembleia Legislativa. Parabéns, mulheres.

A deputada Marília se pronunciou muito bem. As mulheres estão aqui, acampadas na Assembleia Legislativa, nesta jornada de luta em torno do 8 de março. Por ser um dia de luta, é preciso anunciar conquistas das lutas atuais. Hoje gostaria de dizer que pelo menos três conquistas estão em andamento. A primeira, conforme lido aqui, é relativa ao governo, que acaba



de enviar à nossa Casa Legislativa, por intermédio do governador Pimentel, mensagem apresentando o projeto de lei que institui a política estadual dos atingidos por barragens e outros empreendimentos. Essa política estadual que está na pauta foi negociada entre o governo e os atingidos por barragens, especialmente pelo MAB. Um projeto de lei de autoria minha e do deputado Elismar Prado já tratava desse assunto. Ele será anexado a esse projeto. A conquista é do MAB, para que se tenha uma política de preservação dos atingidos, para que, havendo barragem, não haja prejuízo, mas, sim, os direitos já determinados na lei. Parabéns porque essa é uma conquista das mulheres que militam no movimento das atingidas por barragens.

O segundo, Marília, também é uma conquista. Vejo ali nossas professoras e o Sind-UTE. O governo acaba de nos enviar uma mensagem retirando o projeto de abono como forma do reajuste que foi aqui aprovado, nesta legislatura. Foi uma solicitação da bancada do PT e do Sind-UTE ao governo. Teremos, até a próxima semana, um novo projeto negociado com o Sind-UTE em torno do reajuste, e não do abono. É uma conquista das trabalhadoras da educação. Junto ao Sind-UTE e à Beatriz Cerqueira, estaremos de olho para que o projeto venha certo. Essa conquista também é importante.

A deputada Marília Campos\* – Quem luta educa. Quem luta educa.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Quem luta educa.

Por fim, deputada Marília, como parte da plataforma que está sendo estabelecida, o movimento está reivindicando a extensão do decreto, feito pelo governo, que concede propriedade de terra aos trabalhadores e às trabalhadoras de Ariadnópolis, no Sul de Minas. O governo está trabalhando para que esse decreto fique pronto o mais rápido possível e não haja despejo. Estamos de olho, porque já existe uma ordem de despejo judicial, mas não podemos permitir que, no Dia Internacional da Mulher ou próximo a essa data, haja despejo de trabalhadoras das terras que estão ocupando justamente. Mulheres de luta, contem com o nosso apoio.

A deputada Marília Campos\* – Obrigada, deputado Rogério. Tenho certeza de que a bancada de mulheres conta com o seu apoio para aprovar a PEC n° 16.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Gostaria de parabenizar a deputada Marília Campos e todas as outras parlamentares e dizer que é uma grande honra ser vice-presidente de uma comissão presidida por V. Exa. Sempre digo isso por onde passo. Parabeno as demais mulheres aqui presentes, do Levante Popular da Juventude, do MAB, do Sind-Saúde, e as jovens trabalhadoras rurais.

Neste dia em que há tantas Margaridas, eu estava aqui pensando e olhando a foto da maior delas. Tive um momento bonito ao participar da Marcha das Margaridas. As mulheres trouxeram tantas transformações em suas reivindicações que elas viraram políticas públicas neste estado e neste país. Quero lembrar de uma pessoa que com certeza está presente neste e em todos os atos neste País afora, a maior das margaridas: Maria Alves, trabalhadora rural que foi violentamente assassinada por defender a reforma agrária, o fim da violência no campo e maior dignidade no trabalho.

A deputada Marília Campos – Obrigado, deputado. Agradeço aos deputados que me apartearam. Finalizando, quero dizer que o dia 8 de março apenas nos inspira, porque o nosso dia é todo dia, não é isso, deputadas Celise, Rosângela, Cristina? Nossa luta continua sempre. Obrigada.

\* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola – Cumprimento todos os colegas na pessoa do nosso presidente deputado Hely Tarquínio, a quem peço licença para quebrar o protocolo e cumprimentar hoje todas as mulheres em nome de uma mulher muito especial para mim. Uma mulher que me trouxe até aqui, que trabalhou comigo, foi mulher de político, sogra de político, hoje é mãe de política e me acompanhou de dentro de casa, mas guerreando, de forma muito efetiva: a minha mãe, Celita Laviola. Ela nos fez guerreira, trouxe-me até aqui, lutou incansavelmente para que o nome da minha família continuasse aqui no Parlamento mineiro.



Quero dizer a cada uma de vocês que a nossa luta não vai parar de jeito algum. Vamos levar as mulheres cada vez mais para cima. A nossa voz não vai calar. A violência contra a mulher, que é o nosso tema este ano, não vai continuar. Nós não vamos deixar.

Não se calem. Não vamos nos calar, não é verdade, Marília, Cristina, Rosângela, Ione? Não vamos deixar que isso permaneça. Não queremos, vocês não querem. Queremos direitos para todas as mulheres.

Estamos vivendo um momento difícil com essa questão da Samarco, com o desastre que aconteceu, com esse crime ambiental que vem nos assustando. Tenho aqui uma carta do MST. O deputado Durval já iniciou a fala, mas, a pedido das manifestantes lá na Samarco, vou fazer uma leitura. (– Lê:)

“No dia Internacional da Mulher, 1.500 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra da Região Sudeste ocuparam as dependências da mineradora Samarco – Vale, travando as estradas, os trilhos e toda a extração do complexo de Mariana. A manifestação ocorre nos arredores das Barragens Germano e de Fundão, que rompeu e derramou um mar de lama devastando cidades e todo o leito do Rio Doce”, meu Rio Doce. “No último dia 5 de março completaram-se quatro meses do crime ambiental cometido pela empresa. A maior parte das famílias atingidas ainda segue sem qualquer tipo de assistência. As cidades abastecidas pela água do Rio Doce continuam sofrendo com a contaminação por metais pesados. A ação foi organizada em conjunto com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração e integra a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas.

As mulheres são as principais afetadas pela mineração. O trabalho doméstico ainda é visto pela sociedade como função das mulheres, que, conseqüentemente, são as que sofrem com a sobrecarga de trabalho quando há falta de água ou quando há aumento da poluição causada pela exploração minerária. São elas que convivem dia e noite com a chegada de milhares de trabalhadores nas comunidades, homens multiplicadores da violência e da prostituição, do assédio, do estupro e até da exploração infantil. São elas que cuidam dos familiares adoecidos com asma, bronquite, silicose, ulcerações nasais e câncer, entre outras doenças causadas pela mineração.

No âmbito do trabalho, esse é o setor que mais tem causado mortes, mutilações e adoecimento mental às trabalhadoras e aos trabalhadores. E, quando chega, subordina outros setores da economia nas cidades exploradas, gerando o desemprego principalmente entre as mulheres e, conseqüentemente, a queda da renda familiar. Minas Gerais, por exemplo, é o segundo estado mais minerado do Brasil e tem apenas 7% do PIB vinculado a essa atividade. Um percentual mínimo, se considerarmos os impactos sociais e ambientais gerados.

Neste 8 de março, as mulheres em luta, organizadas nos movimentos sociais, propõem um projeto popular de mineração, o que significa implantar um modelo não predatório, regulado pela necessidade social, com a participação das comunidades, maiores e mais eficazes instrumentos de fiscalização e prevenção de desastres.

A legislação deve ser mais rigorosa prevendo a demarcação de áreas livres. Atualmente, nenhuma lei resguarda reservas ambientais já constituídas, áreas de quilombolas, assentamentos, reservas indígenas etc.

O crime de Mariana não é um evento isolado. O rompimento da barragem de Mariana estava anunciado, precedido por outros sete eventos em barragens que já haviam causado danos imensuráveis à sociedade e ao meio ambiente em Minas Gerais.

O impacto da maior tragédia ambiental na extração de minério de ferro do mundo não é apenas sobre a vida das mulheres em Mariana, mas na extensão de todo o nosso Rio Doce”.

As propostas que elas apresentam com esse movimento, neste 8 de março, “as mulheres em luta, organizadas nos movimentos sociais, propõem um projeto popular de mineração, o que significa implantar um modelo não predatório, regulado pela necessidade social, com a participação das comunidades, maiores e mais eficazes instrumentos de fiscalização e prevenção de desastres. A legislação deve ser mais rigorosa, prevendo a demarcação de áreas livres. Atualmente, nenhuma lei resguarda reservas ambientais já constituídas, áreas de quilombolas, assentamentos, reservas indígenas etc.”. Mesmo com



solo preservado, todos esses territórios estão sujeitos à extração, isso porque o Estado justifica a exploração do subsolo afirmando que se trata de interesse da União. Ironicamente, desde a privatização da Vale do Rio Doce, o Brasil não possui nenhuma empresa estatal no setor, que só favorece interesses privados, do capital internacional.

Mulheres em luta contra a lama que violenta e mata. Vamos seguir nessa luta.

Temos mais uma luta árdua nesta Casa, nossa PEC nº 16. Nossa representatividade não pode mais ser negada. Temos de ter participação ativa na democracia. Aqui é a nossa casa, é a Casa do povo, é a Casa das mulheres, que significam 52% do eleitorado. Os outros 48%, inevitavelmente, vêm de uma mulher. Não temos como negar isso. As mulheres estão presentes em 100% da representatividade. Precisamos ter um espaço para mostrar nossos interesses e defender nossos direitos. A PEC nº 16 nada mais é que um pequeno símbolo do que precisamos alcançar. Precisamos ter lugar na Mesa, precisamos ocupar o espaço democrático com toda a força, com toda a garra com que chegamos aqui, com toda a dificuldade que nós sete tivemos a mais para alcançar um lugar nesta Casa. Por isso vamos defender essa PEC e contamos com todas vocês nessa luta. Precisamos ter lugar na Mesa da Assembleia.

Peço a todos os meus colegas – já estamos trabalhando juntas, as colegas, nessa causa – que nos apoiem na PEC nº 16. Precisamos ocupar lugar na Mesa. Vocês, mulheres, precisam ter mais direito à democracia. Por isso lutamos por esse lugar. Lutamos para que vocês tenham assento na Mesa e participem das regras desta Casa, que pertence ao povo mineiro. Muito obrigada.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)\* – Muito obrigado. Quero aproveitar a oportunidade para prestar homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. Ubá está representada pelas mulheres que vieram cedo para participar desta solenidade. Também aproveito para falar da minha alegria de participar dessa homenagem e lembro minha mãe, Irailda Ribeiro dos Santos, que era professora e soube cuidar de seus três filhos. Ela nos deu exemplo de transparência, lealdade e respeito com o ser humano, que é o principal na vida de todos nós. Aprendi isso com minha mãe desde criança. Hoje posso falar da alegria de participar dessa grande homenagem. Agradeço à nossa deputada e ao nosso deputado terem-me dado essa oportunidade. Que Deus nos abençoe e nos proteja no dia de hoje.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* – Deputada Celise Laviola, quero cumprimentá-la pela luta que tem travado na Assembleia Legislativa, qualificando junto das demais colegas a representação feminina. As mulheres de Minas Gerais estão muito bem representadas pela bancada que aqui se encontra. Concordo em que poderia ser uma bancada maior. Isso precisa ser também uma luta das mulheres.

Quero cumprimentar todas as companheiras que estão nas galerias nessa marcha importante, nessa pauta reivindicatória, para que não nos esqueçamos de que ainda há muito por fazer para uma sociedade de maior justiça social. Deputada, quero manifestar meu voto favorável à proposta de alteração do Regimento Interno e à PEC para que tenhamos no mínimo uma mulher na Mesa. Vou além: mais cedo, conversando com a deputada Marília Campos, dizia que deveríamos ter uma alteração no Regimento Interno da Casa para que tivéssemos no mínimo uma mulher, mas que a representação na Mesa fosse na proporção da representação feminina nas cadeiras da Casa. Se amanhã tivermos 20%, 30% de mulheres, assim também deveria ser na Mesa, acompanhando a representatividade que elas têm. Pode contar com meu apoio. Sou solidário e soldado desta justa causa.

Deputada Celise Laviola, quero também pedir apoio para aprovação do Projeto de Lei nº 2.223, de minha autoria, que tramitará amanhã, às 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos.

Dessa forma, convido todas as mulheres aqui presentes, todas as deputadas, porque será um momento em que o deputado Paulo Lamac, relator, dará seu parecer. Nesse momento o projeto estará pronto para vir a Plenário. Do que se trata a matéria? Trata-se do atendimento preliminar à mulher vítima da violência. Conversei com o presidente Adalclever, quero conversar com os colegas da Casa para que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais dê, neste mês de março, no mês da





mulher, uma produção, algo de concreto, um projeto de lei que ajude a organizar o atendimento às mulheres vítimas de violência em Minas Gerais.

Quero pedir o seu apoio e o apoio da bancada feminina. E que amanhã tenhamos essa aprovação na Comissão de Direitos Humanos e, ainda neste mês, a aprovação neste Plenário. Vamos dizer que a Assembleia de Minas Gerais entregou ao povo mineiro uma produção legislativa concreta que impactará significativamente no atendimento às mulheres que, lamentavelmente, sofreram violência.

Terminando, faço também referência a Bárbara Heliodora da Silveira, grande mulher de minha cidade que participou efetivamente da Inconfidência Mineira. Nos tempos em que estamos vivendo, nos tempos do ódio, das tentativas de golpe, mais do que nunca lembrar de uma mulher que trabalhou, que lutou para libertar o nosso país junto aos companheiros.

Obrigado pelo aparte. Parabéns a todas as mulheres.

A deputada Celise Laviola – Agradeço ao companheiro Cristiano. Em meu nome e em nome de todas as minhas colegas, tenho certeza de que sua manifestação nos engrandece.

O deputado Isauro Calais (em aparte) – Agradeço o aparte, deputada Celise. Gostaria também de parabenizar por este dia tão importante as deputadas da nossa Casa: Geisa Teixeira, Marília Campos, Cristina Corrêa, Rosângela Reis, Ione Pinheiro, Arlete Magalhães e, em especial, V. Exa. Sabemos da luta tão importante que V. Exa. trava nesta Casa na defesa da mulher e por ser a única representante de nossa bancada de 12 marmanjos. V. Exa. está na bancada do PMDB iluminando e dando mais beleza à nossa bancada.

Gostaria de me dirigir a todas as mulheres; à minha filha, Júlia; às minhas irmãs Sirlene, Maria José e Sônia; à minha mãe, Josefina; minha esposa Norma, às duas funcionárias do meu gabinete; à minha chefe de gabinete, Luísa; à minha xará, Isaura; às mulheres que trabalham na Assembleia Legislativa; e a todas as mulheres que estão hoje prestigiando esta reunião desta Casa. Quero dizer que este dia é muito importante. Mas é preciso que a mulher receba salário igual ao do homem, porque hoje o que vi e li é que só daqui a 70 anos a mulher terá o mesmo salário e a mesma valorização do homem. Isso é inadmissível. É preciso lutar realmente para que a mulher seja valorizada.

Tenha também o meu apoio, deputada Celise Laviola, para que a mulher esteja representando as mulheres mineiras na Mesa da Assembleia Legislativa. Nós, homens, temos de reverenciá-las.

Eu morava numa república em Juiz de Fora há muitos anos. Não havia telefone em minha cidade, era preciso mandar uma carta para minha mãe para saber como ela estava. Enfim, no Dia Internacional da Mulher, eu não tinha como me comunicar com ela. Fiz uma poesia pequena e mandei à minha mãe. Em homenagem a todas vocês, mulheres, que estão nos assistindo hoje, a poesia chama-se *Rosa e mulher*: “Mulher, o mundo é feito de sonhos, com carinho, ternura e amor. Das graças de Marias com fé, amo-as, respeito-as e admiro-as, porque também nasci de uma mulher. Salve as mulheres!”.

A deputada Celise Laviola – Agradeço, com muito carinho, ao deputado Isauro, meu colega companheiro de bancada. Quero dizer que sua manifestação nos enche ainda mais de coragem, de vontade de guerrear. Agradeço a todos a oportunidade. Um grande abraço a todas as mulheres aqui presentes, em especial à minha mãe, Celise Laviola, e às minhas duas filhas, Priscila e Joana. Um abraço.

\* – Sem revisão do orador.

A deputada Rosângela Reis\* – Deputado Hely Tarquínio, prezado presidente e amigo, quero saudar os colegas deputados e as deputadas que me antecederam, Celise Laviola e Marília Campos. Estão aqui também as deputadas Ione Pinheiro e Cristina.

Quero saudar todas as mulheres do nosso Estado de Minas Gerais pela data que se comemora hoje, dia 8 de março. Essa data é importantíssima, é um marco de luta para todas as mulheres do País e do mundo. Mulheres morreram dentro de uma fábrica, reivindicando seus direitos, e, hoje, várias mulheres se mobilizam para realmente buscar os seus direitos e a garantia de tê-los assegurados. Então, quero parabenizar essas tantas mulheres que têm defendido o nosso país, o nosso



estado, mantendo as suas famílias de pé, mantendo a sociedade na luta, buscando a solidez, para cuidar dos seus filhos e ter uma melhor qualidade de vida.

Antes de mais nada, quero falar também sobre um projeto que está tramitando na Casa, de minha autoria, na pauta do Plenário. Esse projeto assegura a diversificação produtiva para os municípios mineradores. Ocorreu, no ano passado, presidente, um grande problema ambiental no nosso país, que atingiu toda a Bacia do Rio Doce, matando espécies de peixe e de toda a fauna. Tivemos um grande prejuízo. O projeto que está tramitando nesta Casa dispõe sobre uma maior diversificação produtiva dos municípios mineradores. Sabemos que os recursos minerais são finitos, acabam. As empresas vão aos municípios, exploram o minério e acabam com ele, deixando um grande passivo e um grave problema: as pessoas que moram lá ficam sem emprego, sem trabalho, sem possibilidade de melhorar em outros ramos da economia. Esse projeto de lei defende e faz com que esses municípios do Estado criem alternativas, com política social, com política minerária. É preciso que esses municípios tenham apoio do Estado para fazer um planejamento, para investir na capacitação dessas pessoas, para que elas busquem vocações nos outros municípios. Vocação em quê? No turismo, no agronegócio, em indústrias que possam atrair e melhorar a economia do município. Não podemos ficar parados vendo a violência crescer, vendo as pessoas viverem em condições sub-humanas, abandonando seus espaços.

Hoje estamos vivendo um problema parecido em Ipatinga, presidente. A cidade cresceu em torno de uma grande empresa, a Usiminas, mas, hoje, com a queda do aço e do minério, ela está produzindo pouco. A Usiminas optou por manter a planta de Ipatinga, mas desempregou várias pessoas da empresa e fechou a planta de Cubatão. Estamos vivendo um grande problema na cidade: lojas sendo fechadas, comércios sendo fechados, desemprego, pessoas saindo da cidade. Esse projeto, que vem propor essa diversificação no Estado, até então, é uma novidade.

Não temos no nosso estado nenhum apoio a essa diversificação produtiva. E é um papel do Estado, que consta da nossa Constituição Mineira, dar esse apoio aos municípios mineradores: "O Estado assistirá, de modo especial, o município que se desenvolva em torno de atividade mineradora, tendo em vista a diversificação de sua economia e a garantia de permanência de seu desenvolvimento socioeconômico". É função do Estado, e a mineração produz riqueza, desenvolvimento econômico e social, no entanto é uma atividade finita, dada a natureza renovável dos recursos minerais. A lei determina que 63% dessa arrecadação vá para os municípios mineradores. Sabemos que esses 63% vão, mas não há investimento. Investe-se em pagamento de valores de multas, mas a população não tem transparência a respeito de onde são investidos esses 63%. Portanto, esse pagamento não é acompanhado pela população.

É importante que os municípios se preparem para o encerramento das atividades minerárias, evitando a sua decadência após o fechamento das minas, e até mesmo em momentos de crise na atividade mineradora, o que estamos vivendo agora com a queda do preço do minério de ferro. Hoje não temos uma política efetiva para que os municípios se preparem para isso, e a maioria dos gestores assiste, passivamente, a essa decadência: aumento do desemprego, da criminalidade, da violência, superlotação das cidades, bolsões de pobreza, entre outros.

O projeto tem a finalidade de promover o fortalecimento da economia local, por meio do apoio ao planejamento e do incentivo, através das secretarias estaduais, ao desenvolvimento e implantação de novos empreendimentos nas áreas de prestação de serviços, agropecuária, comércio, turismo, e outras atividades industriais nesses municípios. Para tanto, é necessária a participação do Estado, do município, dos empresários e do terceiro setor, a fim de preparar a população para outras atividades, por meio de cursos profissionalizantes e outros.

A diversificação da atividade produtiva dos municípios mineradores foi indicada como proposta prioritária no seminário legislativo Minas de Minas, promovido na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com ampla participação da sociedade civil. Considerando que a maioria dos municípios do Estado tem capacidade institucional limitada, torna-se imprescindível que os governos estadual e municipais apoiem a diversificação produtiva.

Para assegurar o cumprimento de tais atividades, a Constituição do Estado de Minas Gerais foi além, prevendo a criação do Fundo de Exaustão e Assistência aos Municípios Mineradores. Embora as medidas legislativas não substituam a [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) Página 26 de 31



necessidade de ações concretas para a diversificação produtiva dos municípios mineradores, elas constituem uma referência importante para nortear as discussões com os diferentes segmentos voltados para o desenvolvimento econômico e social das diversas regiões de Minas. Trata-se de uma política que pode favorecer a atuação conjunta do setor produtivo, da sociedade civil e do Estado, nas três instâncias federativas, buscando perenizar e impulsionar o desenvolvimento dos municípios mineradores.

Também quero fazer a todos os colegas deputados o apelo de que apoiem o Projeto de Lei nº 616/2015, de minha autoria, que está em pauta e foi fruto de várias audiências públicas realizadas nesta Casa.

O deputado Geraldo Pimenta (em aparte) – Rio Doce, rio amaro. Deputada Rosângela Reis, parabéns pela luta em defesa do Rio Doce, pela luta em defesa da revitalização do Rio Doce.

Quero saudar a deputada Rosângela Reis e todas as mulheres – deputadas, mulheres nas galerias, mulheres de Minas – por seu dia. É fundamental aprovarmos a PEC nº 16, bem como garantir mais participação política às mulheres dessas Minas Gerais.

Agradeço também à deputada Marília Campos a presença, hoje pela manhã, em Betim, em ato contra o fechamento da Maternidade Pública Haydée Conroy, que é fundamental para Betim e região. São 300 prêmios, 300 bebês que nascem todo mês nessa maternidade, que é uma maternidade segura, um hospital amigo da criança e referência em assistência humanizada. Amanhã, em reunião da Comissão de Saúde, apresentaremos requerimento, já elaborado, de realização de audiência pública, com convite de participação a toda a cidade de Betim – prefeito, vereadores, secretário de Saúde e toda a população –, para manifestar a nossa indignação contra o fechamento dessa unidade. Em um momento de epidemia de dengue, não é possível fecharmos uma maternidade e mais seis unidades de saúde com atendimento intermediário e primário.

Quero agradecer à deputada Rosângela Reis a concessão do aparte, dizendo a ela que conte com meu apoio à PEC nº 16. Obrigado.

A deputada Rosângela Reis\* – Agradeço ao deputado Geraldo Pimenta o aparte e o apoio à PEC nº 16. Essa é a luta da bancada de mulheres atualmente na Assembleia Legislativa e de muitas mulheres que passaram por esta Casa: que tenhamos ao menos uma vaga assegurada na Mesa, para garantir a representatividade das mulheres. Não queremos comparar com outras situações e movimentos, como o movimento dos negros; o que queremos aqui é assegurar o direito das mulheres.

Para finalizar, gostaria de lembrar que, na semana passada, em um ciclo de debates em homenagem às mulheres, tivemos dois dias de estudo, debate e apresentação de informações, de que quero destacar a apresentação do mapa de violência contra as mulheres. A Constituição de 1988 declarou a igualdade entre homens e mulheres, mas, apesar dessa conquista, na prática vemos um abismo entre as disposições do direito, da proteção e da efetiva igualdade de gênero, para avançarmos no enfrentamento da violência como grave problema de saúde pública relacionado a gênero e vulnerabilidade. Então, vieram as leis – tanto a Lei Maria da Penha quanto a Lei do Femicídio – para que houvesse proteção às mulheres.

Bem, o mapa da violência apresentado mostra que, dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo a maioria desses crimes, 33,2%, cometida por parceiros ou ex-parceiros.

Evidências mostram que a cada dia ocorrem sete feminicídios praticados por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto com as mulheres. São as estimativas do mapa da violência com base nos dados de 2013 do Ministério da Saúde. Ele alerta que a violência doméstica e familiar constitui a principal forma de violência letal praticada contra as mulheres no Brasil, apesar dos avanços que tivemos. Sr. Presidente, nós ainda temos muito que avançar nessa data que é um momento, sim, de reflexão, de homenagens e de travarmos lutas bravas para fazermos com que as mulheres não se calem. As mulheres devem buscar as redes de proteção, o 180, para fazer a queixa e abrir processos para que elas tenham seus direitos assegurados.

Gostaria apenas de dizer o que ocorreu na cidade de Timóteo no domingo passado à noite. O companheiro chegou a sua casa e, pelo fato de sua companheira, sua esposa não ter feito o jantar, esfaqueou-a tremendamente. Ela está na UTI.



Isso, infelizmente, acontece na maioria dos lares mais simples, pobres e humildes. Então, Sr. Presidente, este é um espaço para que essas mulheres falem e tenham vez e voz. Vemos que tantas e tantas mulheres estão mobilizando-se por suas causas. Parabéns a todas as mulheres.

A deputada Cristina Corrêa\* – Boa tarde a todos. Quero parabenizar todas as mulheres pelo nosso dia de hoje e agradecer aos deputados a abertura deste espaço para usarmos a tribuna para falar um pouco sobre este dia. Gostaria que o Dia da Mulher não se restringisse ao 8 de março. O Dia da Mulher vai muito além do 8 de março e do mês de março. Gostaríamos que nos outros 11 meses nós, mulheres, também fôssemos lembradas com o respeito que merecemos, com as oportunidades que merecemos. Sabemos que a luta das mulheres tem sido muito grande e incansável. Eu, a deputada Geisa Teixeira, a deputada Marília Campos e o deputado Cristiano Silveira participamos hoje de um programa da Assembleia em que discutimos muito essa questão de como tem sido grande a luta das mulheres para ocuparem verdadeiramente seus espaços, como o preconceito ainda persiste em todos os ambientes. Não pensem vocês que aqui isso é diferente. Esta é uma Assembleia Legislativa onde há 70 deputados e apenas 7 deputadas. Vemos que também a desigualdade acontece principalmente na política, que ainda é um espaço muito masculino.

Quero fazer a leitura de um texto, um artigo da *Carta Capital* de hoje, que fala um pouco da luta das mulheres. (– Lê:)

“Este não é um texto sobre o dia da mulher. As mulheres têm muito mais o que dizer, mas precisam ser ouvidas para muito além do mês de março. A diferença é que se trata de um mesmo dia que se repete mais ou menos da mesma forma todos os anos. Você deve ter ideia do roteiro: homenagens toscas que ignoram completamente o significado político da data, mensagens de como somos lindas e multitarefas, congratulações vazias – parabéns, feliz dia –, exatamente para quê? Não é como se fosse aniversário ou Natal, minha gente. E, por outro lado, a luta para lembrar que não existimos apenas para ser enfeite, que há reivindicações importantes na nossa pauta e sobre como ganhar flores não resolve os problemas de violência, de falta de oportunidades e de direitos.

Mas este texto não é sobre isso porque isso já foi falado todos os anos, sempre como se fosse a primeira vez”, infelizmente, “e sempre surge a necessidade de repetir. Do lado de cá estamos predestinadas a repetir as mesmas falas todo ano. Se é preciso repetir tanto, pode ser porque não nos ouvem ou porque não querem que a gente fale de outra coisa”, não é mesmo? “Às vezes, até querem que a gente fale com data certa, espaço reservado, tema definido. Porque é assim que as mulheres têm sido tratadas.

E ficou decidido que o momento para isso seria o Dia da Mulher”, lindo dia 8 de março. “Claro, é maravilhoso aproveitar esse dia para trazer mais visibilidade para temas importantes para as mulheres, que são de importância para toda a sociedade, não só para nós. Mas existem outros 11 meses e um monte de assuntos que podemos tratar fora do dia 8 de março. Pode ser muito louco isso, mas também existimos em dias que não são somente o dia 8, ou, pelo menos, a gente tenta existir. Então, não me levem a mal, mas acho necessário levantar essa provocação”, principalmente neste dia que é dedicado a nós, mulheres, e que os homens abrem a oportunidade de nos ouvir, nos dão oportunidade de falar ainda mais.

“Um chamado, talvez? A quem trabalha na mídia, aos jornalistas, organizadores de eventos, patrocinadores e também a quem consome os conteúdos que essas empresas produzem. A você, que lê”. Chamo todos vocês a refletirem: “Em que assuntos, em que lugares e em quais momentos a opinião das mulheres é levada em conta? Por que o interesse pela opinião e pelo trabalho das mulheres parece esfriar depois que passa o Dia da Mulher?”. A Marília falou muito bem aqui sobre a nossa PEC. Que ela não se esfrie passado este mês de março, que não se esfrie essa pauta aqui dentro da Assembleia e que os homens realmente se unam a nós por essa causa tão importante. Depois, passa o Dia da Mulher, “só servimos para falar sobre mulher, o que tem mulher no meio?

Não precisamos lembrar isso, mas as mulheres têm um bocado de coisas para dizer nos mais diversos assuntos. Mulheres podem falar sobre *games*, economia, política, literatura, cinema, esportes, ciências, tudo o que você imaginar com uma baita propriedade. São assuntos que não têm data, que podem ser discutidos o ano inteiro. E mulheres podem fazer parte



dessas discussões todas as vezes. Sim, é incrível, mulheres com opinião existem o ano inteiro”, para surpresa de muitos machistas. “Não são criaturas mágicas que brotam da terra apenas na proximidade do dia 8 de março, o Dia da Mulher”.

Temos muito o que falar, mas alguns acham que ouvir nossa voz é nos impor certos assuntos. Temos que falar disso porque dá audiência; temos que falar daquilo porque é o que querem ouvir, mas, e se quisermos falar sobre outros temas? Até onde vai a liberdade de expressão, se nossa voz só tem espaço até onde nos deixam ter? O problema, espero que entendam, não é a atenção que as mulheres e suas questões recebem em função desta data, tristemente necessária, se ainda precisamos brigar para existir. O problema é quando é um interesse com hora marcada para acabar, e aí é muito triste.

O lado bom é que março está bem no início do calendário, o que permite começar agora um compromisso com um cenário de mais oportunidades para todas as mulheres. O ano mal começou; que ele seja diferente dos demais anos. O trabalho e a opinião das mulheres podem estar em evidência todos os meses, porque estamos aí, pesquisando, produzindo e criando sem trégua.

Quero me acostumar a ver mais mulheres em espaços e assuntos que, por serem considerados de interesse geral, normalmente ganham porta-vozes ou debatedores masculinos, reforçando o poder que o homem tem de ser o gênero neutro. Quero me acostumar a ver mais diversidade de mulheres na mídia e na produção cultural, mulheres de outras realidades, diferentes de mim e que não têm as mesmas opiniões que as minhas, para quebrar a ideia de que uma mulher é o suficiente para representar a totalidade do gênero em determinado debate, como se fôssemos todas iguais. Por isso temos lutado muito para que, cada vez mais, haja mais mulheres aqui na Assembleia e em outros espaços políticos, porque cada uma está representando uma ideia diferente, uma ideia nova e um espaço diferente para cada uma das mulheres.

Entendo que essa questão parece algo mínimo, uma lasca de unha perto dos problemas que o Dia da Mulher veio questionar e combater. Mas a questão do direito à voz e de ser ouvida não deixa de ser importante. A voz é parte de todos nós, e também é nosso direito decidir o que fazer com ela.

Se o título do texto pareceu enganoso, explico: realmente não é um texto sobre o Dia da Mulher, afinal eu o escrevi pensando nos outros. Um único dia, por mais que se repita feito feitiço em filme reprisado à exaustão, como se fosse *Sessão da Tarde*, não é suficiente para comportar tudo o que temos para dizer. Um dia não é suficiente, precisamos do calendário inteiro para discutir todas as nossas pautas, todas as nossas ideias e para que a mulher realmente tenha o espaço que merece dentro da sociedade.

Parabéns a todas as mulheres. A nossa luta mal começou. Que o dia 8 de março seja apenas um dia para lembrar que a nossa luta é diária. Obrigada a todos.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Obrigado, deputada Cristina Corrêa, pelo aparte. Em primeiro lugar eu queria parabenizá-la como mulher, como deputada e também como uma guerreira da educação, que tem nos ajudado e contribuído muito aqui, na Assembleia Legislativa. Você fez a leitura de um belíssimo texto, que situa bem a pauta da luta das mulheres, do que foi conquistado, mas, fundamentalmente, do que ainda a mulher precisa garantir para ter o mesmo acesso que os homens numa sociedade nitidamente machista. Se a sociedade tem esse defeito – culturalmente os homens tiveram privilégio sobre as mulheres na formação, nas políticas públicas, no acesso aos bens de produção e depois ao trabalho, sempre em vantagem em relação à mulher –, isso só pode ser corrigido também com políticas públicas. É necessário que estabeleçamos a forma com a qual a mulher pode chegar a ter realmente as mesmas condições do homem. É por isso que as políticas de cotas existem. Muitos são contra as cotas, mas elas são correções de rumo. Se não houver cota para os negros, eles nunca terão as mesmas chances dos brancos; se não houver cota e políticas públicas para as mulheres, elas nunca terão as mesmas chances que os homens, porque a sociedade é feita para os brancos, para os homens – assim é culturalmente – e, como a deputada Marília Campos lembra, para os ricos ao invés dos pobres – isto mais do que nunca. Por isso as políticas públicas são essenciais. Então eu queria parabenizá-la.



Aproveitando que V. Exa. está de vermelho, quero fazer uma saudação à nossa presidenta Dilma, porque deve ser mais difícil ainda ser presidenta da República, mais do que presidente. Porque, além das dificuldades naturais, há a dificuldade de ser mulher, o preconceito. Uma vida política é muito machista. As casas parlamentares, o Congresso Nacional, a Câmara Federal, imaginem. Não deve ser fácil para a presidenta Dilma, assim como para vocês, mulheres, deve ser muito mais difícil o embate aqui do que para nós, homens. Por isso é preciso que vocês tenham espaço.

A questão da deputada compondo a Mesa é isto, é o reconhecimento da dificuldade maior da articulação que as mulheres têm, por essa articulação ser basicamente patamar para homens. Por isso a cota é importante, deputada Marília Campos. Coloco-me, portanto, evidentemente favorável ideologicamente a uma política de cotas para as mulheres.

Nesse sentido apresentei três projetos de políticas públicas destinadas às mulheres. Na verdade, apresentei-os em nome das mulheres que fizeram esse estudo em meu gabinete, de mulheres que me apoiam. São políticas que ajudarão as mulheres a disputarem condições melhores de igualdade com os homens nos espaços da sociedade.

O primeiro institui a política estadual de formação e capacitação continuada de mulheres para o mundo do trabalho. Precisamos dar às mulheres condições para que tenham política própria para entrar no mercado do trabalho com a formação específica dirigida a elas. Ao proporcionar às mulheres a chance dessa política para formação e capacitação, o Estado dará a elas condição melhor de entrar no mercado do trabalho.

O segundo projeto diz respeito a uma política estadual habitacional de interesse social. Nele alteramos a política estadual, estabelecendo um percentual mínimo de 15% para as mulheres vítimas de violência doméstica. Muitas mulheres continuam em casa mesmo sendo espancadas, apanhando do marido, porque não têm para onde ir. Então, estamos estabelecendo 15% para que não dependam mais da moradia para ficar com o seu marido. Às vezes ela, espancada, quer sair, mas não tem para onde ir.

A terceira, também em relação à questão do trabalho, dispõe sobre a instalação de salas de apoio para amamentação em órgãos e entidades públicas estaduais, para que a mulher tenha um local onde possa cuidar do seu bebê, trazê-lo para amamentá-lo.

São essas três contribuições que queria oferecer às mulheres lutadoras, a V. Exa que está aí de vermelho e a nossa presidenta Dilma.

A deputada Cristina Corrêa\* – Obrigada, Rogério, por se engajar na luta das mulheres.

Quero encerrar a minha fala dizendo que, hoje, a grande luta das mulheres, principalmente das que residem na Região Metropolitana, diz respeito à condição de trabalho. A gente discutiu muito isso hoje, no debate. A mulher que passa a ter condição de trabalho também passa a sofrer menos preconceito, menos discriminação. Então, para isso acontecer, as mulheres precisam de mais creches para colocar seus filhos e mais vagas nas escolas, porque só assim terão liberdade de trabalhar e exercer sua profissão.

Venho falar novamente de um dado triste: a minha cidade ainda se encontra sem uma maternidade, que é um direito da mulher. Santa Luzia continua sem uma maternidade. Há quase dois anos, não nascem luzienses na cidade. Essa situação vem contribuir com o descaso com a mulher em toda a região metropolitana, especialmente em Santa Luzia.

Quero agradecer a oportunidade da fala a todos os deputados presentes e também parabenizar minhas companheiras, Geisa Teixeira, Marília Campos, Rosângela Reis, Celise Laviola, que não está no momento, e Lone Pinheiro. Parabéns pelo nosso dia. A nossa luta aqui é constante. A bancada tem-se unido para fortalecer a luta da mulher. Cada uma de nós tem sua bandeira, suas convicções, mas lutamos sempre pelo direito da mulher. Obrigada.

\* – Sem revisão do orador.



**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 14/3/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Caldeira Rocha, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

nomeando Bruna Martins Cunha, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

nomeando Rita de Cássia Moreira Lima Vilela, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 19/2016**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano e de nova CCT. Vigência: 1º/1/2016 a 20/8/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.